



ANÁLISE DE CATEGORIAS DE PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS DE MESTRADOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO

ANALYSIS OF TECHNICAL AND TECHNOLOGICAL PRODUCT CATEGORIES OF PROFESSIONAL MASTER'S IN THE EDUCATION AREA

 **Amanda Santos Lima da Cunha**

Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
João Pessoa, Paraíba – Brasil

 **Aline Venceslau Vieira de Lima**

Doutorado em Psicologia
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Campina Grande, Paraíba – Brasil

 **Ana Paula Furtado Soares Pontes**

Doutorado em Educação
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
João Pessoa, Paraíba – Brasil

Resumo: O desenvolvimento de um produto técnico e tecnológico (PTT) no Mestrado Profissional é uma exigência posta por programas profissionais, sendo necessário que este atenda às categorias e critérios definidos na Ficha de Avaliação, elaborada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES). É nesse contexto que este artigo tem por objetivo analisar as categorias dos produtos técnicos e tecnológicos, elaborados a partir das dissertações produzidas em três programas de pós-graduação, da área de Educação, com foco específico na gestão da educação superior. A metodologia utilizada envolveu uma revisão bibliográfica, com a utilização de artigos e publicações científicas, e um levantamento documental das dissertações e produtos da amostra. Os resultados revelaram que os 43 produtos identificados se distribuem em três categorias, sendo que 74,4% pertencem à categoria de “Desenvolvimento de material didático”. Conclui-se que a ausência de diversidade de categorias representa um fator limitante para o desenvolvimento da área.

Palavras-chave: Pós-graduação; *Stricto Sensu*; Mestrado Profissional; Produtos técnicos e tecnológicos; Gestão da educação superior.

Abstract: The development of a technical and technological product (PTT) in the Professional Master's Degree is a requirement set by professional programs, and it is necessary for it to meet the categories and criteria defined in the Evaluation Form, prepared by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). It is in this context that this article aims to analyze the categories of technical and technological products, prepared from the dissertations produced in three postgraduate programs in the area of Education, with a specific focus on higher education management. The methodology used involved a bibliographic review, using scientific articles and publications, and a documentary survey of the dissertations and products in the sample. The results revealed that the 43 products identified are distributed into three categories, with 74.4% belonging to the category of “Development of teaching materials”. It is concluded that the lack of diversity of categories represents a limiting factor for the development of the area.

Keywords: Postgraduate. *Stricto Sensu*. Professional Master's. Technical and technological products. Higher education management.

Para citar – ABNT NBR 6023:2018

CUNHA, Amanda Santos Lima da; LIMA, Aline Venceslau Vieira de; PONTES, Ana Paula Furtado Soares. Análise de categorias de produtos técnicos e tecnológicos de Mestrados Profissionais da área de Educação. *Cadernos de Pós-graduação*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 177-190, jul./dez. 2024: <https://doi.org/10.5585/cpg.v23n2.26562>

1 Introdução

Ao longo dos anos, o Estado brasileiro implementou diversas reformas administrativas, com o objetivo de tornar a gestão pública mais eficiente e alinhada às demandas da sociedade. As alterações decorrentes dessas reformas impactaram diversos setores, com destaque a educação, especialmente a educação superior, que passou a receber um maior destaque na agenda pública, como parte do esforço para expandir e fortalecer a economia nacional (Moreira; Bavaresco; Silva, 2021).

Em 1965, foi criada a Pós-Graduação no Brasil, por meio da aprovação do Parecer nº 977/1965 pelo Conselho Federal de Educação (CFE), elaborado por Newton Sucupira. O intuito dessa medida foi formar professores e pesquisadores de alto nível, a fim de contribuir para a expansão do ensino superior no país e qualificar profissionais para o desenvolvimento nacional. De acordo com Pereira et al (2023), desde sua criação, a pós-graduação recebeu atenção especial do Governo Federal, que incentivou e fomentou seu desenvolvimento por meio da ampliação de programas administrados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento de Científico e Tecnológico (CNPq).

A busca por profissionais mais qualificados levou a CAPES a introduzir, nos anos de 1990, os mestrados profissionais, com o intuito de diversificar a oferta da pós-graduação *stricto sensu* e atender aos anseios daqueles que desejavam uma capacitação sem uma ênfase na carreira acadêmica (Hostins, 2006). Segundo a Portaria nº 17/2009, o mestrado profissional foi criado com o objetivo de capacitar os profissionais para o exercício de atividades práticas, além de promover uma articulação com entidades demandantes de diversos setores da sociedade.

Com a ampliação da pós-graduação, novas ações e políticas foram desenvolvidas, voltadas especialmente à melhoria do sistema de avaliação e, conseqüentemente, à qualidade dos programas, cursos e suas produções (Pereira *et al*, 2023; Capes, 2023c). No contexto do mestrado profissional, a CAPES promoveu alterações na Ficha de Avaliação da Produção Técnica, estabelecendo novos parâmetros a serem observados pelos programas de pós-graduação dessa modalidade (Leite, 2019).

Segundo o Grupo de Trabalho da Ficha de Avaliação, instituído com o objetivo de revisar e simplificar as fichas de avaliação dos programas de pós-graduação, o aprimoramento dessa ficha resultou em uma estrutura unificada, centrada em três quesitos principais: programa, formação e impacto na sociedade. Contudo, foram feitos ajustes nos indicadores, de forma a adaptá-los às especificidades de cada modalidade, acadêmica ou profissional (Capes, 2019b).

A produção técnica é um componente presente na ficha de avaliação que corresponde aos produtos técnicos e tecnológicos desenvolvidos pelos discentes em cursos de mestrado profissional. Ela consiste em uma combinação entre a pesquisa e a prática diária realizada pelo pesquisador

em seu ambiente de trabalho, com potencial para gerar impactos de ordem social, econômico e político, na área a que se destina (Mattos; Assunção; Batista, 2020; Moreira, 2004)

O Grupo de Trabalho (GT) de Produção Técnica, responsável pelo desenvolvimento de uma metodologia de avaliação da produção técnica e tecnológica aplicável a todas as áreas de avaliação, orientou a definição de até 10 (dez) tipos de produtos técnicos ou tecnológicos (PTT), por área de avaliação, a serem considerados pelos programas de pós-graduação (Pinheiro; Aires, 2022).

Considerando os de tipos de produtos técnicos e tecnológicos reconhecidos pela Área 38 da Capes – Educação, os quais os discentes dos programas profissionais são incumbidos a desenvolver, verifica-se uma escassez de orientações sobre a sua elaboração. Outrossim, há uma dispersão e dificuldade de acesso a produtos desenvolvidos nesses programas, dificultando a consulta a repositórios públicos destinados a tais produções, que poderiam servir de referência para novas iniciativas.

Diante dessa lacuna, o presente estudo surge de uma pesquisa desenvolvida no âmbito de um mestrado profissional, com foco na educação superior em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas. Nesse recorte, propomo-nos a identificar e analisar os produtos técnicos e tecnológicos gerados nos programas profissionais da área de Educação, com ênfase naqueles voltados à gestão da educação superior, dimensão pertinente a uma das linhas de pesquisa do Programa.

As reflexões apresentadas neste artigo abordam a evolução da administração pública e seus efeitos na educação superior, os mestrados profissionais e os produtos técnicos e tecnológicos, o levantamento de produtos da área de Educação e, finalmente, a contribuição desses produtos para a gestão da Educação Superior.

2 Reflexos da administração pública na educação superior

No Brasil, a Administração Pública Brasileira (APB) passou por reformas estruturais a fim de garantir a governabilidade do Estado e melhorar a eficiência na prestação dos serviços públicos destinados aos cidadãos (Cavalcanti; Guerra, 2019). Durante o período burocrático, especificamente no Estado Novo (1930-1945), foi criado em 1938, o Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), com o objetivo de modernizar o serviço público, promovendo a profissionalização dos servidores públicos e a racionalização dos métodos administrativos (Dias, 2017).

No âmbito da educação, a reforma administrativa desse período resultou em várias contribuições: a institucionalização do treinamento e aperfeiçoamento de funcionários públicos; a criação de um novo ministério, que abarcava a Educação; a descentralização administrativa, que conferiu

maior autonomia às universidades; e a redistribuição de funções e responsabilidades, o que proporcionou maior liberdade didática e administrativa ao ensino superior e ao ensino secundário (Maximiano; Nohara, 2017; Wahrlich, 1975).

A partir de 1995, no período do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), teve início a chamada Reforma do Estado, marcada pela adoção dos paradigmas da gestão gerencial (Campelo, 2010). Essa reforma começou com a criação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) e a implementação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) (Gomes; Silva, 2020), amparado na defesa de um Estado mínimo e na participação efetiva de organizações sociais e não governamentais para o desenvolvimento de ações sociais eficazes, que não eram anteriormente concretizadas pelo governo (Campelo, 2010).

De acordo com Luiz Carlos Bresser-Pereira, precursor do PDRAE, a reforma visava o fortalecimento da capacidade do Estado para implementar políticas públicas. Dessa forma, o objetivo central era recuperar a capacidade de formulação e avaliação de políticas públicas nos núcleos centrais do aparelho do Estado (Brasil, 1998). Para isso, foi realizada uma reestruturação organizacional, que resultou na divisão do aparelho do Estado em quatro setores específicos: o núcleo estratégico do Estado; as atividades exclusivas do Estado; os serviços não exclusivos e a produção de bens e serviços para o mercado (Araújo; Borges, 2018).

Com a reestruturação, o modelo do Estado Gerencialista buscou descentralizar a execução direta de serviços públicos para o setor privado e organizações não governamentais, visando fortalecer as funções de regulação e coordenação de serviços de interesse da coletividade (Brasil, 1998). Por conseguinte, no setor da educação superior, as universidades brasileiras enfrentaram diversos desafios, como a redução drástica de recursos e incentivos para fontes alternativas de financiamento, a redução da autonomia administrativa e o estabelecimento de metas de desempenho (Ferreira; Oliveira, 2010).

Segundo Pires e Reis (1999), a desobrigação do Estado em prover recursos para a educação superior põe em risco a autonomia e a produção de conhecimento das universidades, que, assim, tornam-se dependentes de recursos oriundos do mercado privado. Dourado (2002) esclarece que a implementação de metas de desempenho e de sistemas de avaliação, inspirados em práticas gerenciais, legitima um cenário de competitividade e de *rankiamento*, o que reforça a inserção das universidades em uma nova configuração de gestão baseada na avaliação de eficiência e produtividade (Cavalcanti; Guerra, 2019).

Conclui-se, dessa forma, que as reformas ocorridas na administração pública são marcadas pela busca da melhoria da prestação do serviço público à sociedade e pela adoção de novas práticas de gestão mais eficientes (Nascimento, 2020). Apesar disso, ainda é possível encontrar vestígios

dos modelos anteriores - patrimonialista e burocrático - na gestão pública brasileira (Gomes; Silva, 2020). Nesse contexto, pontua-se que a educação passou a ser tratada como uma mercadoria, nos moldes do setor privado, sendo utilizada como instrumento para a formação de profissionais voltados para o mercado de trabalho.

3 Mestrados profissionais e os produtos técnico-tecnológicos

Desde sua implementação, o mestrado profissional (MP) tem enfrentado uma resistência e uma hipervalorização, em comparação ao mestrado acadêmico (Fischer, 2005). A principal distinção entre essas duas modalidades de mestrado é o resultado almejado: no profissional busca-se a qualificação profissional, enquanto que no acadêmico o foco é a formação de pesquisadores. Essa diferenciação reflete no perfil dos discentes do MP, que não se limitam à pesquisa, mas também buscam agregar valor à sua trajetória profissional (Ribeiro, 2005).

Em virtude de seus objetivos, o MP possui o desafio de se adaptar ao seu público-alvo, ao tempo demandado pelos estudantes, ao local de realização, à estrutura e à duração do curso (Giuliani, 2010). Ademais, os discentes devem apresentar, além da dissertação, um produto final de acordo com os tipos previstos pela respectiva Área de avaliação, como um projeto técnico, uma propriedade intelectual, um material didático, um relatório técnico, entre outros (Capes, 2019).

Zaidan, Reis e Kawasaki (2020) esclarecem que, muitas vezes, a elaboração do produto técnico e tecnológico não recebe a devida atenção durante o desenvolvimento da pesquisa, sendo relegada à fase final ou apresentada como um resumo da dissertação. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de que a construção do produto leve em consideração a valorização da teoria-prática e esteja articulada com o problema da pesquisa, de modo a fortalecer o propósito da prática profissional, sendo pertinente o produto tenha destaque no texto da dissertação.

Sob essa perspectiva, os mestrados profissionais e seus produtos demandam um acompanhamento e avaliação específicos, adaptados às suas características, que se diferenciam da modalidade acadêmica (Capes, 2019). Essa necessidade levou o Grupo de Trabalho (GT) de Produção Técnica da CAPES a realizar diversas melhorias na metodologia de avaliação dos PTT (Capes, 2019). Segundo esse GT, um produto técnico ou tecnológico é assim definido:

Produto técnico é o resultado palpável de uma atividade docente ou discente, podendo ser realizado de forma individual ou em grupo. O produto é algo tangível, que se pode tocar, ver, ler, etc. Pode ser um cultivar ou um conjunto de instruções de um método de trabalho. O Produto é confeccionado previamente ao recebimento pelo cliente/receptor, que só terá acesso após a conclusão dos trabalhos.

Produto tecnológico é um “objeto tangível” com elevado grau de novidade fruto da aplicação de novos conhecimentos científicos, técnicas e expertises desenvolvidas no âmbito da pesquisa na PG, usados diretamente na solução de problemas de empresas produtoras de bens ou na prestação de serviços à população visando o bem-estar social. (Capes, 2019, p. 16; 22).

De acordo com o GT de Produção Técnica, um produto pode ser categorizado como técnico ou tecnológico dependendo de quatro critérios: impacto, aplicabilidade, inovação e complexidade. Além disso, um produto deve atender ao critério da aderência, ou seja, deve estar alinhado à linha de pesquisa e ao programa de pós-graduação para fins de avaliação (Capes, 2019; 2020).

Seguindo as recomendações desse GT, a área de Educação definiu dez tipos de produtos técnicos e tecnológicos, os quais estão apresentados no Quadro 1, juntamente com o respectivo estrato. Esse estrato corresponde ao valor de referência utilizado para a pontuação no processo de avaliação da Capes.

Quadro 1 - Tipologia de produtos técnicos e tecnológicos da área de educação

Descrição do Produto Técnico-Tecnológico (PTT)	Estrato
Patente	T1
Desenvolvimento de aplicativo vinculado à educação	T2
Desenvolvimento de material didático e instrucional	T2
Desenvolvimento de produto vinculado à educação	T2
Desenvolvimento de técnicas vinculadas à educação	T3
Relatório de pesquisa financiada finalizada	T3
Editoria de periódico com QUALIS na Área de Educação	T3
Organização de eventos nacionais/internacionais com Anais com ISSN, na Área de Educação	T4
Serviços Técnicos (consultorias, assessoria, comitês etc.)	T4
Apresentação de Trabalho em eventos nacionais/internacionais com ISSN, na Área de Educação.	T5

Fonte: Capes (2019b).

É válido destacar que a nova ficha de avaliação foi implementada a partir de 2019, durante a avaliação quadrienal referente ao período de 2017-2020. O novo formato foi aplicado retroativamente na avaliação em andamento, o que desrespeitou o princípio da segurança jurídica e da previsibilidade do processo avaliativo. Esse ato culminou no rebaixamento das notas de diversos programas de pós-graduação, que não conseguiram se ajustar aos novos critérios de avaliação. Em decorrência disso, uma Ação Civil Pública (ACP) foi instaurada junto ao Ministério Público Federal (MPF) para contestar o processo de avaliação, o qual ficou suspenso em 2021 e foi retomado em 2022, após a pactuação de um Termo de Acordo Extrajudicial (TAE) entre a CAPES e o MPF (Capes, 2022).

Após a formalização do acordo, constatou-se a necessidade de utilizar conceitos padronizados para definição de parâmetros avaliativos, de modo a garantir um tratamento igualitário para todas as situações analisadas. Vale destacar que os parâmetros estabelecidos já estavam sendo regularizados pelos coordenadores das áreas, contudo, ao incluí-los de forma retroativa durante a avaliação em andamento, prejudicou a isonomia da avaliação quadrienal dos programas de pós-graduação (Capes, 2022).

4 Metodologia

O presente estudo caracteriza-se, do ponto de vista do problema abordado, como de abordagem qualitativa, e, em relação aos seus objetivos, como exploratório. Para a formação do *corpus* documental da pesquisa, foi realizado um levantamento, no site da Plataforma Sucupira da Capes, dos programas de pós-graduação *stricto sensu* que pertencem à grande Área Educação. Em seguida, selecionou-se os programas de mestrados profissionais vinculados a instituições de ensino superior públicas federais que possuíam linhas de pesquisa voltadas para a gestão da educação superior.

Como resultado, foram identificados três programas de mestrado profissional, vinculados a três distintas instituições de ensino superior, cujas linhas de pesquisa estavam alinhadas ao foco da pesquisa: a gestão da educação superior. Desse modo, a pesquisa considerou 110 dissertações publicadas nos repositórios institucionais desses programas, defendidas no período de 2019 a 2022, conforme detalhado no Quadro 2.

Quadro 2 - Quantidade de Dissertações por Programa (2019-2022)

Instituição de Ensino	Programa	Linha de Pesquisa	2019	2020	2021	2022	Total
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (PPGAES)	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	21	12	17	16	66
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	Pós-Graduação em Educação (PPGED)	Gestão de Instituições Educacionais	6	1	2	2	11
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPPG)	Políticas e Gestão da Educação Básica e Superior	10	3	6	14	33
Total do Quadriênio			110 dissertações				

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O recorte temporal teve início em 2019, em virtude da implementação da nova ficha de avaliação pela Capes, e findou em 2022, considerando as dissertações e produtos publicados até esse ano, visto que a coleta ocorreu ao longo do ano de 2023.

Para cada programa selecionado, foi realizado o download das dissertações defendidas e publicadas dentro do referido período, juntamente com os respectivos produtos associados. Após uma leitura desses documentos, foi realizada uma nova triagem para identificar as pesquisas que apresentavam produtos vinculados à gestão da educação superior. Dessa forma, obteve-se o quantitativo de 44 produtos técnicos e tecnológicos (PTT), os quais passaram a integrar o *corpus* desta pesquisa.

Quadro 3 - Quantidade de Produtos Técnicos e Tecnológicos por Linha de Pesquisa e Programa (2019-2022)

Instituição de Ensino	Programa	Linha de Pesquisa	Total
UFPB	PPGAES	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	30
UFVJM	PPGED	Gestão de Instituições Educacionais	3
UFSM	PPPG	Políticas e Gestão da Educação Básica e Superior	11
Total de PTT			44

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Conforme apresentado no Quadro 3, o PPGAES foi o programa com maior número de PTT elaborados com foco na gestão da educação superior. Além disso, destaca-se que as dissertações e seus respectivos produtos foram coletados a partir dos repositórios públicos de cada programa de pós-graduação, bem como das instituições de ensino superior aos quais estão vinculadas.

5 Resultados

O quantitativo de produtos técnicos e tecnológicos (PTTs) desenvolvidos no âmbito dos programas de pós-graduação profissional em Educação, relacionados à gestão da educação superior, no período de 2019 a 2022, é apresentado na Tabela 1, sendo classificado por Tipo, segundo a definição da Área.

Tabela 1 – Quantitativo geral de PTT por tipo e por programa (2019-2022)

PTT	PPGAES	PPGED	PPPG	Total	% (Total)
Manual	5	0	0	5	11,4
Proposta de Intervenção	17	0	6	23	52,3
Relatório Técnico	1	2	1	4	9,1
Tutorial	1	0	1	2	4,5
Fluxograma	1	0	0	1	2,3
Cartilha	1	0	0	1	2,3
Protótipo de Aplicativo	3	0	0	3	6,8
Instrumento de Avaliação	1	0	2	3	6,8
E-book	0	1	0	1	2,3
Glossário	0	0	1	1	2,3
Total	30	3	11	44	100

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Conforme apresentado na Tabela 1, observa-se que as produções abrangem diversos tipos ou formatos, destacando-se, com maior incidência, os seguintes: proposta de intervenção (52,4%), manual (11,4%), relatório técnico (9,1%), protótipo de aplicativo (6,8%), instrumento de avaliação (6,8%), entre outros. Infere-se que há uma busca pela elaboração de produtos da categoria “Desenvolvimento de material didático”, conforme definida na Ficha de Avaliação da CAPES, com o uso de propostas de intervenção e manuais voltados à melhoria da gestão das instituições de ensino superior.

Além disso, nota-se ainda a elaboração de produtos pertencentes às categorias de “Desen-

volvimento de aplicativo vinculado à Educação”, “Desenvolvimento de produto vinculado à Educação” e “Patente”. No entanto, constatou-se a ausência de produtos relacionados à gestão da educação superior nas demais categorias presentes na Ficha de Avaliação da Área de Educação, na amostra analisada.

Tabela 2 – Quantitativo de PTT por categorias da Ficha de Avaliação da Área de Educação (2019-2022)

Categoria	Quantidade de PTT	% (Total)
Desenvolvimento de material didático	37	84,1
Desenvolvimento de produto vinculado à educação	5	11,4
Desenvolvimento de aplicativo vinculado à educação	1	2,3
Patente	1	2,3
Total	44	100

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A Tabela 2 resume as categorias identificadas na amostra da pesquisa e demonstra que os programas da área de educação necessitam fomentar a produção de novos tipos de produtos, com o intuito de alcançar as demais categorias da Ficha de Avaliação da Capes. Essa limitação na diversidade de produtos é corroborada pelos autores Pilatti *et al* (2015) e Castro, Oliveira e Tinti (2019), os quais afirmam que essa lacuna obscurece a gama de possibilidades no desenvolvimento de diferentes formas de contribuir para a área.

No tocante às contribuições para a gestão da educação superior, observou-se que os produtos analisados estão ligados à melhoria de metodologias já existentes ou à proposição de novas formas de gestão, relacionados principalmente à políticas de governança pública, de gestão de pessoas, de gestão socioambiental, de extensão e assistência estudantil nas instituições de ensino superior.

6 Considerações finais

A identificação da categoria dos produtos técnicos e tecnológicos que versam sobre gestão da educação superior revelou que a maioria deles se concentram em uma categoria: Desenvolvimento de material didático e instrucional. Outras três categorias (Desenvolvimento de aplicativo vinculado à educação, Desenvolvimento de produto vinculado à educação e Patente) também foram identificadas entre os PTT coletados, em menor incidência.

Os PTT apresentaram conformidade com a tipologia da Ficha de Avaliação da área de

Educação, contudo notou-se uma ausência de produções nas demais categorias. Essa limitação pode ser interpretada como um obstáculo para a área, pois restringe a exploração diversas oportunidades que poderiam ser aproveitadas pelos discentes no desenvolvimento de suas produções.

Reconhece-se que a aplicação dos produtos é de fundamental relevância para o desenvolvimento das organizações, especialmente as instituições de ensino superior, devido às suas contribuições para o aprimoramento do planejamento, da gestão e da avaliação da educação superior. Nesse sentido, o acompanhamento, o controle e, sobretudo, a divulgação dos produtos elaborados são essenciais para o meio acadêmico e social, uma vez que favorece a construção de uma educação e gestão de qualidade nas instituições de ensino superior.

Referências

ARAÚJO, M. A. D.; BORGES, D. F. B. *20 anos do plano diretor da reforma do aparelho de estado no Brasil: avanços e limites*. Espacios Públicos 21, no 52 (2018): 7–24. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/676/67658492001/html/>

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. *Os avanços da reforma na administração pública: 1995-1998*. Brasília, DF: MARE, 1998. Disponível em: <http://www.bresserpeireira.org.br/documents/mare/cadernosmare/caderno15.pdf>.

BRASIL. Portaria no 47, de 17 de outubro de 1995. *Determina a implantação na Capes de procedimentos apropriados à recomendação, acompanhamento e avaliação de cursos de mestrado profissional*. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/87/83/>.

CAMPELO, G. S. B. *Administração pública no Brasil: ciclos entre patrimonialismo, burocracia e gerencialismo, uma simbiose de modelos*. Ciência & Trópico, [S. l.], v. 34, n. 2, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/871>

CASTRO, B. L.; OLIVEIRA, P. C.; TINTI, D. S. *Análise de produtos educacionais elaborados no Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Exatas da UFSCAR e no Mestrado Profissional em Educação Matemática da UFOP*. Revista Ciências Humanas, v. 12, n 2, p. 234-243, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2019.v12.n2.a584>.

CAVALCANTI, Lourdes Maria Rodrigues; GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira. *Diagnóstico Institucional da Universidade Federal da Paraíba a Partir da Análise SWOT*. Revista Meta: Avaliação, [S.l.], v. 11, n. 33, p. 694-718, dec. 2019. ISSN 2175-2753. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/2270>.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). *Sobre Avaliação*. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/avaliacao-o-que-e/sobre-a-avaliacao-conceitos-processos-e-normas/conceito-avaliacao>.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

(CAPES). *Acordo entre CAPES e Ministério Público é homologado pela Justiça Federal*. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/acordo-entre-capes-e-ministerio-publico-e-homologado-pela-justica-federal>.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). *Evolução do SNPG do Decênio do PNPG 2011-2020*. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/07032022_EvolucaoDoSNPGnodeceni-odoPNPG20112020_ISBNWeb.pdf.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). *Caracterização do Sistema de Avaliação da Pós-Graduação*. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sistema-nacional-de-pos-graduacao-snpg/permanencia/avaliacoesanteriores/avaliacao-trienal-2004-1/caracterizacao-do-sistema-de-avaliacao-da-pos-graduacao>.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). *Produção Técnica - Grupo de Trabalho*. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). *Fichas de Avaliação – 38 Educação*. 2019b. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-fichaavaliacao-pdf>.

DIAS, Reinaldo. *Gestão Pública - Aspectos Atuais e Perspectivas para Atualização*. Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788597013382. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013382/>.

DOURADO, L.F. *Reforma do Estado e as Políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90*. Educação e Sociedade, 2002, vol.23, n.80. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008000012>

FERREIRA, S.; OLIVEIRA, J. F. de. *As Reformas da Educação Superior no Brasil e na União Europeia e os Novos Papéis das Universidades Públicas*. Nuances: Estudos sobre Educação, Presidente Prudente, v. 17, n. 18, 2010. DOI: 10.14572/nuances.v17i18.724. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/724>

FISCHER, T. *Mestrado profissional como prática acadêmica*. Revista Brasileira de Pós-Graduação, [S. l.], v. 2, n. 4, 2005. DOI: 10.21713/2358-2332.2005.v2.74. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/74>.

GIULIANI, A. C. *Perfil Profissiográfico dos Egressos do Programa de Mestrado Profissional em Administração de uma Instituição de Ensino do Interior do Estado de São Paulo*. Revista de Administração da UFSM, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 94–108, 2010. DOI: 10.5902/198346592242. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/2242>. Acesso em: 3 apr. 2024.

GOMES, A. L. N.; SILVA, N. G. A. *Modelos de Administração Pública Presentes na Gestão de Instituições de Ensino Superior (IES)*. Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios, v. 13, n. Edição Especial 1, p. 21-37, 2020.

GONÇALVES, C. Érica L. de C.; OLIVEIRA, C. de S.; MAQUINÉ, G. O.; MENDONÇA, A.

P. (*Alguns*) desafios para os Produtos Educacionais nos Mestrados Profissionais nas áreas de Ensino e Educação. Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico, Manaus, Brasil, v. 5, n. 10, 2019. DOI: 10.31417/educitec.v5i10.500. Disponível em: <https://sistemas-cmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/500>.

LEITE, P. S. C. *Proposta de Avaliação coletiva de materiais educativos em mestrados profissionais na área de ensino*. Campo Abierto, v. 38, n. 2, p. 185-198, 2019. Disponível em: <https://mas-cvuex.unex.es/revistas/index.php/campoabierto/article/view/3516>. Acesso em: 18 mar. 2024.

MATOS, Max Cirino; ASSUNÇÃO, Yluska Bambirra; BATISTA, Muira Helena. *A Teoria na Prática: o conhecimento aplicado no desenvolvimento de produtos técnicos*. In: VASCONCELOS, Fernanda Carla Wasner (org.). *Produtos técnicos como instrumentos de divulgação científica*. Curitiba: Appris, 2020.

MAXIMIANO, Antonio Cesar A.; NOHARA, Irene P. *Gestão Pública*. Grupo GEN, 2017. Ebook. ISBN 9788597013825. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013825/>.

MOREIRA, Ivana Aparecida Weissbach; BAVARESCO, Thiane Cristina; SILVA, Vilmar da. *Reflexões sobre o acesso e a permanência na educação superior pública federal*. In: MOREIRA, Ivana Aparecida Weissbach; SENHORAS, Elói Martins (organizadores). *Assistência Estudantil no Ensino Superior*. Boa Vista: Editora IOLE, 2021.

MOREIRA, M. A. *O mestrado (profissional) em ensino*. Revista Brasileira de Pós-Graduação, [S. l.], v. 1, n. 1, 2011. DOI: 10.21713/2358-2332.2004.v1.26. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/26>.

NASCIMENTO, Edson R. *Gestão pública*. Editora Saraiva, 2020. E-book. ISBN 9788571441354. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571441354/>.

PALUDO, Augustinho Vicente. *Administração Pública*. 4º ed. São Paulo: Editora Método, 2015.

PEREIRA, Francisco Edmar et al. *A expansão da pós-graduação stricto sensu em educação no Brasil*. Educação e Pesquisa [online]. 2023, v. 49, p.1-27. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349263111por>.

PILATTI, L. A.; et al. *Mestrado Profissional em Ensino de Matemática: identificação de seus produtos educacionais*. Revista Brasileira de Pós-Graduação (RBPG), v. 12, n. 28, 22 set. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.21713/2358-2332.2015.v12.656>.

PINHEIRO, F. F. do P. S.; AIRES, J. P. *Um levantamento de produtos técnicos e tecnológicos desenvolvidos na pós-graduação*. Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico, Manaus, Brasil, v. 8, n. :, p. e196722, 2022. DOI: 10.31417/educitec.v8.1967. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1967>.

PIRES, M. F. C.; REIS, J. R. T. *Globalização, neoliberalismo e universidade: algumas considerações*. Interface - Comunicação, Saúde, Educação 3, n o 4 (fevereiro de 1999): 29–39. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32831999000100003>.

RIBEIRO, R. J. *O mestrado profissional na política atual da Capes*. Revista Brasileira de Pós-Graduação, [S. l.], v. 2, n. 4, 2011. DOI: 10.21713/2358-2332.2005.v2.72. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/72>.

WAHRLICH, B. M. de S. *O governo provisório de 1930 e a reforma administrativa*. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 5 a 68, 1975. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6017>.